



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 14/2026.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 20/04/2026

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS

VEREADORES: ANTONIO JOAQUIM VINAGRE PADEIRINHA

LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

RUTE ISABEL VINAGRE BELGA

RUI MIGUEL CANDEIAS CARDOSO

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

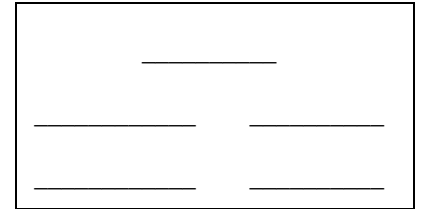
HORA DE ENCERRAMENTO: 17:15 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

CAIXA	5.339,25 €
FUNDOS DE MANEIO	3552,00€
FUNDO DE MANEIO 1 – JOANA DE CARVALHO GALVÃO	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 2 – JOAO PEDRO VALERIO PARRA MARTINHO ANTUNES	52,00€
FUNDO DE MANEIO 3 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS	500,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – FÁBIO JOSÉ BRANCO PEREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	500,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.097.691,37€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	233.966,90.€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	6.463,96€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	3.471,11€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	3.330,46 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.024,11€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950	674,24€
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	270.525,63 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	240.335,03€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	287.032,17€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.007,65 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	7.716,26 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.299.390,93€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.152.214,11 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	147.176,82 €

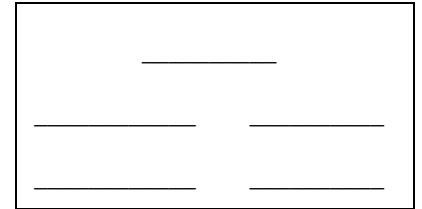


O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, estando presentes todos os membros do órgão. Começou por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e também quem iria acompanhar a reunião através das redes sociais. -----

A reunião foi gravada, podendo os interessados ter acesso à transmissão da mesma no site do Município de Viana do Alentejo (Município/Câmara Municipal/Gravações Reunião de Câmara – ONLINE) ou no youtube do Município em <https://www.youtube.com/watch?v=IECWO1mughA> . -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
3. Proposta de aprovação da 7ª alteração orçamental que integra a 6ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; a 5ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 2ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
4. Proposta de submissão à Assembleia Municipal da eleição de um representante das Freguesias para o Conselho Municipal de Saúde de Viana do Alentejo; -----
5. Proposta de fixação do preço de um artigo de merchandising/promoção da XXIV Romaria a Cavalo 2026 - Cavalos de madeira; -----
6. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas (1º trimestre de 2026), ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais;), -----
7. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo - Grupo Coral Sementes do Cante (1º trimestre de 2026), ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----
8. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Etnográfico de Viana do Alentejo (1º trimestre de 2026), ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----
9. Proposta de antecipação da data de pagamento da comparticipação financeira ao Sporting Clube de Viana do Alentejo, no âmbito do contrato-programa de desenvolvimento desportivo 2025/2026; -----
10. Proposta de aprovação dos horários de funcionamento da "Tenda Tradições "no âmbito da XXIV Romaria a Cavalo Moita-Viana do Alentejo, para os dias 25 e 26 de abril de 2026; -----
11. Proposta de ratificação do Despacho do Presidente da Câmara que autorizou a emissão de licença especial de ruído e isenção de taxas, ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, para a realização do Baile da Pinha, no dia 4 de abril de 2026; -----
12. Proposta de emissão de Licença especial de ruído, em nome Maria João Rodrigues da Conceição, para a realização da "Festa de reabertura - BelaMENTE" no dia 30/04/2026; -----



- 13.Proposta de ratificação do despacho de nomeação do diretor de fiscalização da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----
- 14.Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 5, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Aguiar; -----
- 15.Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 5, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas; -----
- 16.Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 17, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas; -----
- 17.Proposta de interdição de trânsito em algumas artérias da freguesia de Viana do Alentejo, por ocasião do F.I.C.O - Festival de Ilustração e Criatividade em Olaria, a decorrer entre os dias 14 e 18 de maio de 2026; -----
- 18.Proposta de interdição de trânsito em algumas artérias de Viana do Alentejo, no âmbito Comemorações do 25 de abril - Corrida da liberdade, organizada pela Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, a decorrer no dia 25 de abril de 2026; -----
- 19.Proposta de interdição de trânsito em algumas artérias de Viana do Alentejo, no âmbito das Comemorações do 25 de Abril; -----
- 20.Proposta de alteração de trânsito em Viana do Alentejo, no âmbito da XXIV Romaria a Cavalo, a decorrer nos dias 25 e 26 de abril de 2026; -----
- 21.Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas; -----
- 22.Proposta de aprovação do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação dos Amigos das Alcáçovas – Grupo Pedestrianista Alcáçovas – Outdoor Trails; -----
- 23.Proposta de aprovação do Contrato -Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Sporting Clube de Viana do Alentejo; -----
- 24.Proposta de aprovação da Minuta relativa ao Aditamento nº 3 ao Contrato nº 14/2024, referente à execução da Empreitada de Construção de duas novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas (com divisão em lotes); -----
- 25.Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2025 e respetivo envio à Assembleia Municipal, para apreciação e votação. -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. ---
O senhor presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, bem como aqueles que assistirão através das redes sociais. Referiu, em primeiro lugar, uma nota relativa à reunião do executivo

em regime de permanência com a GNR, a propósito da problemática do depósito de resíduos em espaço público. -----

Esclareceu que se tem verificado um aumento significativo da deposição de monos, resíduos verdes e outros materiais, maioritariamente junto aos contentores de resíduos sólidos urbanos e, em alguns casos, em locais não autorizados, situação que configura incumprimento do regulamento municipal e do regime legal aplicável. -----

Referiu que a fiscalização desta matéria é da responsabilidade do Município, tendo sido, contudo, articulada com a GNR a implementação de um plano de cooperação nesta área. Deixou um agradecimento público ao Sargento Sousa e ao Cabo, presentes na reunião, bem como a todos os militares da GNR envolvidos, sublinhando a importância desta colaboração para reforço da fiscalização e identificação dos responsáveis pelas infrações. -----

Acrescentou que parte destas ocorrências poderá estar associada à utilização de um sistema aberto de deposição de resíduos, permitindo que pessoas de fora do concelho possam também ali depositar resíduos, sendo por isso essencial identificar os principais responsáveis pelas infrações, com vista à aplicação das medidas legais adequadas. -----

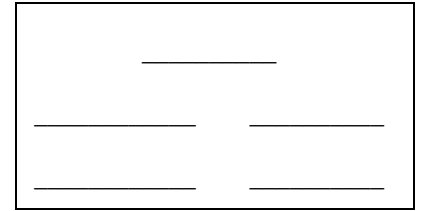
De seguida, deu nota das sessões “Urbanismo 360”, realizadas em Alcáçovas e em Viana do Alentejo, com transporte assegurado para os fregueses de Aguiar, as quais tiveram como objetivo apresentar o ponto de situação dos serviços de urbanismo, bem como as linhas de atuação futuras. -----

Explicou que estas sessões visaram identificar o estado atual dos serviços, definir objetivos de melhoria, nomeadamente ao nível da celeridade de resposta, organização do arquivo e eficiência dos processos administrativos, reconhecendo a necessidade de reforço da comunicação entre os serviços técnicos e os municípios. -----

Destacou a elevada participação na sessão realizada em Alcáçovas, considerando o balanço positivo, e manifestou expectativa quanto à capacidade de dar seguimento às propostas e contributos recolhidos, embora tenha ressalvado que não será possível responder de forma imediata a todos os desafios identificados. -----

Informou ainda sobre a receção de 35 novos terminais no âmbito do projeto de teleassistência, o que permitirá reforçar a capacidade de resposta junto dos municípios, especialmente da população idosa, em situação de isolamento ou vulnerabilidade social e económica. -----

No que respeita à cobertura de fibra ótica no concelho, referiu a existência de zonas ainda sem acesso à rede, tendo sido efetuado contacto com a empresa DST Telecom, no sentido de solicitar a avaliação da cobertura e o desenvolvimento de soluções para colmatar as falhas identificadas. Informou ainda que já se encontra agendada reunião sobre esta matéria, considerando-a relevante para a melhoria da conectividade no concelho. -----



Por fim, deixou um convite para a participação na Romaria a Cavalo, nomeadamente na receção em Alcáçovas e em Viana do Alentejo, integrada nas comemorações do 25 de Abril e nas celebrações associadas ao Santuário de Nossa Senhora d'Aires, desejando um bom percurso aos participantes. -----

Referiu ainda as iniciativas em curso no âmbito das comemorações do 25 de Abril e dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, convidando os presentes a acompanharem as atividades programadas no concelho. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel Duarte tomou a palavra, cumprimentando o Senhor Presidente, a Senhora Vereadora, os Senhores Vereadores, os técnicos do Município, o público presente na sala e todos os que irão acompanhar a reunião através das redes sociais, desejando a todos uma boa tarde. -----

Iniciou a sua intervenção formulando votos para que a Romaria decorra da melhor forma, desejando a todos os romeiros e participantes uma jornada tranquila e segura, tanto para as pessoas como para os animais, expressando o desejo de que todos cheguem a Viana sem incidentes. Referiu tratar-se de um percurso longo e exigente, sujeito a fatores externos, esperando, ainda assim, que toda a organização e participação decorram com normalidade e sucesso. -----

De seguida, chamou a atenção para a necessidade de correção do espelho instalado no início da Rua Padre Américo, em Viana do Alentejo, referindo que o mesmo se encontra fora do sítio, dificultando a visibilidade para quem vem da Rua do Progresso e das travessas adjacentes, solicitando a sua recolocação em condições adequadas. -----

Abordou depois a questão das comemorações do 25 de Abril, lamentando profundamente a inexistência, este ano, de espetáculos em Viana na noite de 24 para 25 de Abril. Referiu que, desde há muitos anos, era tradição assinalar a data com espetáculos no Cinema, culminando à meia-noite com fogo de artifício, considerando que esta tradição não deveria ser interrompida. Acrescentou que, no seu entendimento, o 25 de Abril e a Romaria são acontecimentos distintos, manifestando a sua discordância relativamente à decisão tomada pelo Executivo. -----

Questionou, posteriormente, sobre o ponto de situação relativo ao Posto da GNR de Viana, procurando saber se existiam desenvolvimentos recentes sobre o assunto. -----

Por fim, referiu-se à questão da limpeza de bermas, ervas e valas, observando que, apesar de já não chover há algumas semanas, os trabalhos de manutenção parecem estar concentrados apenas em algumas vias por onde passará a Romaria. Salientou que continua a verificar diversas situações por resolver no concelho. Aproveitou ainda para solicitar informação sobre o ponto de situação das azinhagas e dos arranjos das vias, questionando quando será apresentado o plano de intervenção para análise e pronúncia dos Vereadores, bem como em que fase se encontra o pedido de empréstimo destinado a financiar essas intervenções. ----

O Senhor Presidente, relativamente ao ponto de situação do Posto da GNR, disse que a complexidade das questões colocadas pelo Tribunal de Contas, no âmbito do pedido de visto, é elevada. Referiu que os

serviços municipais ainda se encontram a preparar a respetiva resposta, não tendo, até ao momento, sido possível responder formalmente àquela entidade. Acrescentou que subsistem ainda algumas questões a analisar, de forma a garantir que a resposta a apresentar reúna as melhores condições para obtenção do visto. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte questionou se, face às alterações entretanto conhecidas, o visto do Tribunal de Contas continua a ser obrigatório naquele processo, referindo que, uma vez que o procedimento já se encontrava em curso, poderá não ser aplicável a respetiva isenção. -----

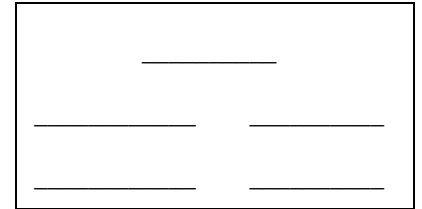
O Senhor Presidente esclareceu que, relativamente à eventual dispensa de visto do Tribunal de Contas anunciada pelo Governo, ainda não existe qualquer efetividade prática nem entrada em vigor da medida, pelo que a situação se mantém exatamente nos mesmos termos. Referiu não dispor, de momento, de informação concreta sobre a forma como o procedimento irá decorrer futuramente, admitindo, contudo, que, caso a alteração venha a entrar em vigor, o mais provável será não produzir efeitos retroativos, embora se trate apenas da sua interpretação pessoal sobre o que normalmente sucede nestas situações. Acrescentou que, enquanto não existir regulamentação efetiva da medida anunciada pelo Governo, não haverá qualquer alteração processual, mantendo-se a necessidade de prosseguir os procedimentos atualmente exigidos. -----

Relativamente ao plano de intervenção nas estradas, informou que o Município já dispõe dos orçamentos para todas as intervenções previstas, encontrando-se agora a definir as prioridades de execução, com vista à elaboração do plano a apresentar e discutir em período antes da ordem do dia, conforme anteriormente referido. -----

Esclareceu ainda que, numa fase posterior, será necessário elaborar os respetivos projetos técnicos, condição indispensável para apurar com rigor o valor do empréstimo a contratar. Referiu que a Assembleia Municipal já autorizou a Câmara Municipal a contrair um empréstimo até ao montante de dois milhões de euros, cabendo agora aos serviços definir o custo exato de cada troço e intervenção, através dos projetos das estradas, para posteriormente ser submetido à Câmara Municipal o pedido de empréstimo com o valor efetivamente necessário à requalificação das vias. -----

O Senhor Vice-Presidente cumprimentou todos os presentes. -----

Relativamente à questão do espetáculo comemorativo do 25 de Abril, esclareceu que a decisão de não realizar o habitual espetáculo na noite de 24 para 25 de Abril foi ponderada pelo Executivo já há algum tempo. Referiu que foram tidos em consideração os números de assistência registados nos últimos anos, os quais se revelaram reduzidos. Acrescentou que, existindo também o habitual acolhimento da Romaria em Alcáçovas, promovido pela Junta de Freguesia, e verificando-se a deslocação de muitas pessoas das restantes freguesias para esse momento, entendeu o Executivo que a realização simultânea de um espetáculo em Viana poderia ainda diminuir mais a afluência de público. -----



Referiu igualmente que a atual realidade económica obriga à definição de prioridades de investimento noutras áreas consideradas relevantes, designadamente ao nível das infraestruturas e da rede viária, entendendo o Executivo que a verba associada a este evento poderá ser mais útil noutros investimentos municipais. -----

Sublinhou, contudo, que esta decisão não representa qualquer desvalorização das comemorações do 25 de Abril, salientando que a data continuará a ser assinalada através de outras iniciativas e atividades promovidas no concelho. Destacou ainda as comemorações dinamizadas pela Junta de Freguesia de Aguiar, iniciativa já com vários anos e que, segundo referiu, costuma até registar maior participação do que os espetáculos realizados no Cine-Teatro. Assim, considerou que a decisão resultou da conjugação de vários fatores de ordem prática, financeira e de participação pública. -----

No que respeita à limpeza de bermas, esclareceu que procurou obter informação sobre a cadência habitual destes trabalhos, tendo-lhe sido transmitido que, numa primeira fase, se procede normalmente ao corte de ervas nas entradas das vilas e nas estradas da responsabilidade do Município. Referiu ainda que a limpeza mais abrangente e definitiva costuma ocorrer após o período habitual das chuvas de abril, motivo pelo qual os trabalhos estão a decorrer dentro da calendarização considerada normal. -----

Relativamente à manutenção dos caminhos rurais, informou que os serviços municipais têm vindo a realizar intervenções iniciais com meios próprios, destinadas a minimizar os principais problemas, nomeadamente através da reparação de buracos e limpeza de algumas valas. Acrescentou que, nas situações que exigem maior intervenção técnica, o Município prevê lançar durante a presente semana uma empreitada destinada a executar trabalhos mais estruturais e eficazes. -----

Referiu também que já foi efetuada uma prestação de serviços para abertura de valas e que os serviços municipais estão atualmente a proceder à substituição, desobstrução e reparação de passagens hidráulicas, com o objetivo de garantir uma solução mais sustentada e facilitar futuras ações de manutenção. Reconheceu que os trabalhos não decorrem à velocidade desejada, mas assegurou que os mesmos estão em execução. -----

Por último, salientou que as Juntas de Freguesia têm igualmente vindo a cumprir as intervenções de limpeza de espaços verdes previstas nos acordos existentes, considerando que os trabalhos decorrem dentro dos padrões habituais, estando previstas novas intervenções durante a presente semana, nomeadamente em Alcáçovas, à semelhança do que já ocorreu em Viana. -----

O Senhor Presidente acrescentou ainda que, no âmbito das comemorações dos 50 anos da Constituição, o Município se encontra a promover um conjunto alargado de iniciativas integradas nas comemorações do 25 de Abril ao longo de um mês de atividades. -----

_____	_____
_____	_____
_____	_____

Referiu que considera incorreta qualquer associação ao Partido Socialista ou ao Executivo Municipal da ideia de desvalorização do 25 de Abril, da liberdade ou dos valores representados por esta data histórica, sublinhando que tal não corresponde, de forma alguma, à realidade. Acrescentou ainda que, comparativamente às comemorações realizadas aquando dos 50 anos do 25 de Abril, o programa atualmente promovido pelo Município é, no seu entendimento, significativamente mais robusto e abrangente. -----

Acrescentou ainda que, relativamente à Romaria e no seguimento da intervenção do Senhor Vereador Luís Duarte, gostaria de deixar expresso um agradecimento à Câmara Municipal da Moita pela parceria que tem vindo a ser desenvolvida, bem como às associações envolvidas, designadamente à Associação Equestre de Viana do Alentejo e à Associação dos Romeiros da Tradição Moitense, enquanto entidades parceiras na dinamização do evento. -----

Endereçou igualmente um agradecimento a todos os funcionários envolvidos na organização e preparação da iniciativa, bem como aos proprietários dos terrenos que, uma vez mais, permitem a realização da travessia no âmbito da Romaria. -----

A Senhora Vereadora Rute Belga cumprimentou todos os presentes. -----

Começou por desejar uma boa viagem a todos os romeiros, em especial aos romeiros do concelho, formulando votos para que a Romaria e a peregrinação decorram da melhor forma. -----

De seguida, apresentou uma sugestão e reflexão relativamente ao serviço de recolha de monos e resíduos verdes, assunto que, segundo referiu, tem sido abordado nas últimas reuniões e discutido nas últimas semanas. Esclareceu, em primeiro lugar, que a sua intervenção não pretende colocar em causa os trabalhadores afetos ao serviço, reconhecendo que os mesmos dependem da respetiva coordenação e gestão, nem tão-pouco servir de justificação para os comportamentos incorretos de quem deposita resíduos em locais inadequados. -----

Referiu, contudo, considerar importante a melhoria do funcionamento do serviço. Indicou que, quando os munícipes efetuam contacto telefónico para solicitar a recolha, são normalmente registados os respetivos dados, como nome, contacto telefónico e morada, mas que, em muitos casos, não é indicada uma previsão concreta para a realização da recolha. Acrescentou ter conhecimento de situações em que os pedidos foram efetuados e os munícipes continuam ainda a aguardar pela recolha dos resíduos, admitindo que possam tratar-se de casos isolados, sem pretender generalizar. -----

Sublinhou, porém, a necessidade de garantir um serviço eficaz e capaz de dar resposta atempada às solicitações da população, mesmo reconhecendo as limitações existentes ao nível do número de trabalhadores disponíveis e da dimensão do trabalho a executar no concelho. -----

Acrescentou que, embora os comportamentos incorretos por parte de alguns munícipes não tenham

justificação, é importante assegurar o bom funcionamento do serviço para evitar que as pessoas optem pelo depósito indevido de resíduos em locais impróprios. -----

Por fim, sugeriu que, aquando do contacto dos munícipes para marcação da recolha, possa ser facultada uma previsão do dia e hora para a realização do serviço, considerando que essa informação contribuiria para uma maior eficácia e organização do processo. -----

O Senhor Presidente, relativamente à questão da recolha de monos e resíduos verdes, assegurou que o serviço se encontra em funcionamento. Referiu que não pode garantir que não ocorram falhas pontuais, mas, caso existam situações concretas de incumprimento, solicitou que as mesmas sejam identificadas, de forma a permitir a respetiva verificação e correção. -----

Esclareceu que o Município disponibiliza um número de contacto através do qual os munícipes podem efetuar o agendamento da recolha, sendo normalmente indicada uma previsão temporal para a realização do serviço, ainda que nem sempre seja possível definir uma hora exata. Acrescentou que, do conhecimento que possui, têm sido realizadas inúmeras recolhas em períodos relativamente curtos, ocorrendo algumas até no próprio dia do pedido. -----

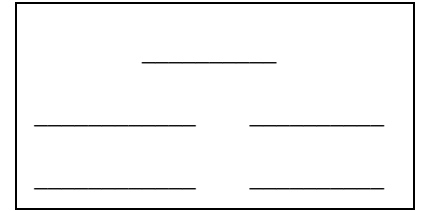
Solicitou, por isso, que quaisquer situações de falha sejam comunicadas de forma concreta, identificando os casos específicos, para que o Município possa agir de forma mais eficaz. -----

O Senhor Presidente salientou ainda que o Município tem vindo a alocar recursos humanos e financeiros significativos para assegurar este serviço à população, considerando que a solução mais simples e cómoda para os munícipes é precisamente recorrer ao serviço de recolha disponibilizado pela Câmara Municipal, evitando o depósito indevido de resíduos na via pública. -----

Referiu igualmente que o Município procura criar todas as condições para facilitar a deposição correta dos resíduos, nomeadamente através da recolha porta a porta, quer no âmbito dos monos e resíduos verdes, quer também no contexto da recolha seletiva. Sublinhou que este serviço representa um encargo financeiro relevante para a Autarquia, bem como um esforço considerável ao nível dos recursos humanos. Informou ainda que existe atualmente uma equipa dedicada a estas intervenções, composta por dois funcionários, designada internamente como “equipa SOS”, que diariamente procede quer à recolha dos resíduos abandonados na via pública, situação mais frequente após os fins de semana, quer às recolhas previamente agendadas pelos munícipes. -----

Concluiu reiterando o pedido para que eventuais falhas concretas no funcionamento do serviço sejam devidamente comunicadas, de forma a permitir a sua resolução. -----

A Senhora Vereadora Rute Belga esclareceu que na sua intervenção anterior, não pretendeu que as suas palavras fossem interpretadas no sentido de que o depósito indevido de resíduos em espaço público constitui o “caminho mais fácil”. -----



Esclareceu que a sua referência ao “caminho mais fácil” se prendia com a perceção e o comportamento de alguns munícipes, e não com uma justificação ou validação dessa prática, reiterando que em momento algum pretendeu desculpabilizar tais situações. -----

Acrescentou que a sua intervenção teve apenas como objetivo clarificar o funcionamento do serviço e contribuir para a sua melhoria, sublinhando que não manifestou qualquer intenção de incentivo ao depósito indevido de resíduos. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, o público presente e todos os que irão acompanhar a reunião através da transmissão, iniciando a sua intervenção com duas notas prévias. -----

Em primeiro lugar, deixou um reconhecimento e congratulação às associações, entidades e personalidades do concelho que assinalaram recentemente datas comemorativas ou alcançaram resultados relevantes na sua atividade. Considerou importante institucionalizar, em sede de reunião de Câmara, este reconhecimento público. -----

Destacou, em particular, a Delegação da Cruz Vermelha das Alcaçovas, que celebrou 15 anos de existência e de serviço à comunidade; a Congregação das Escravas da Santíssima Eucaristia e da Mãe de Deus, que assinalou 101 anos desde a sua fundação, enaltecendo o trabalho desenvolvido junto da comunidade, em especial com crianças; a Associação Tauromáquica Alcaçovense, pelo seu 32.º aniversário e pelo trabalho de promoção da tradição tauromáquica e da cultura local; e a Associação Terras Dentro, pelo seu 35.º aniversário e pela missão de serviço público que desenvolve. -----

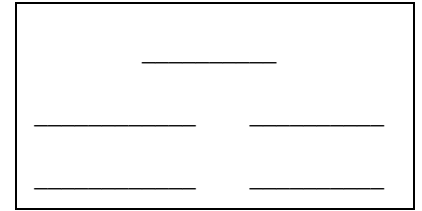
Deixou ainda uma palavra de felicitação ao atleta João Mega Figueiredo, pela conquista do Campeonato Nacional de Montanha, considerando o feito digno de reconhecimento. -----

Associou-se também às palavras de saudação aos romeiros, formulando votos de uma boa viagem, de convívio, fé e confraternização, e de uma Romaria que decorra com segurança e normalidade. -----

No período antes da ordem do dia, abordou dois temas. O primeiro, relativo à higiene urbana e à recolha de monos e resíduos verdes. Considerou positiva a campanha de sensibilização e informação promovida pelo Município, sublinhando a importância de reforçar a corresponsabilização dos munícipes, entendendo que não deve recair exclusivamente sobre o Executivo Municipal a responsabilidade por estas situações.

Referiu que o depósito indevido de monos na via pública não deve ser entendido como uma prática aceitável, defendendo que existe um serviço municipal disponível para recolha, através de contacto telefónico e agendamento, o qual deve ser utilizado pela população. -----

Reconheceu que o serviço implica custos financeiros e recursos humanos significativos, estando a ser assegurado por uma equipa municipal dedicada, que diariamente procede à recolha de resíduos, tanto em situações de deposição indevida como em pedidos de agendamento efetuados pelos munícipes. Indicou



ainda que o Executivo se encontra a acompanhar e monitorizar o funcionamento do serviço, aguardando para posterior avaliação dos resultados das alterações introduzidas. -----

Questionou ainda o Senhor Presidente sobre a reunião realizada com a Guarda Nacional Republicana, no âmbito da fiscalização relacionada com estas matérias, solicitando esclarecimentos quanto à forma de operacionalização das medidas discutidas, designadamente se as mesmas se concretizarão através de contraordenações, multas ou outras formas de atuação, bem como qual a estratégia definida entre o Município e a GNR para a sua implementação. -----

O segundo tema abordado prendeu-se com a Romaria a Cavalo, tendo o este destacado a reinstalação da tenda no Santuário, considerando tratar-se de uma decisão positiva e alinhada com o programa da força política que representa. -----

Defendeu que a Romaria a Cavalo deve ser encarada como um elemento estratégico de afirmação cultural e identitária do concelho, no contexto da rede de municípios ligados ao cavalo, à qual o Município pertence. -----

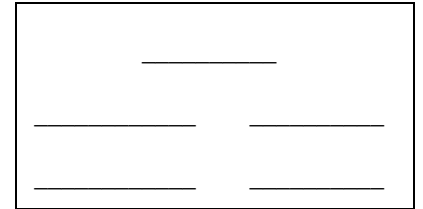
Nesse sentido, apelou a uma visão mais ampla e estruturada do evento, não se limitando ao período da sua realização, mas promovendo a sua divulgação ao longo do ano. Sugeriu, nomeadamente, a presença institucional do Município em eventos de grande dimensão, como a Feira da Golegã, enquanto oportunidade de promoção da Romaria e do território, tanto a nível nacional como internacional. -----

Defendeu ainda a importância de reforçar a divulgação mediática do evento, incluindo a possibilidade de cobertura televisiva, de forma a valorizar os produtores locais e o tecido económico e cultural do concelho. Concluiu que a Romaria a Cavalo deve ser continuamente promovida e projetada, de forma a reforçar a sua relevância e evitar a sua redução a um evento meramente pontual no calendário anual. -----

O Senhor Presidente respondeu, em primeiro lugar, relativamente às congratulações dirigidas às associações e entidades do concelho, referindo que o Município já procede regularmente a esse reconhecimento institucional, nomeadamente através das redes sociais e de outros meios de comunicação municipais. Acrescentou que, embora acompanhe naturalmente as felicitações expressas pelo Senhor Vereador, considera que essa valorização já se encontra institucionalizada no trabalho desenvolvido pelo Município. -----

No que respeita à questão dos resíduos e da deposição indevida de monos, salientou que esta matéria constitui uma preocupação constante do Executivo, tanto pela componente ambiental como pelos custos associados ao depósito em aterro na AMCAL. Informou ainda que o Município continuará a desenvolver ações de sensibilização junto da população, designadamente através do próximo boletim municipal. -----

Relativamente às soluções discutidas com a Guarda Nacional Republicana, esclareceu que, na reunião realizada com o Sargento João Sousa e com representantes do SEPNA — Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, foram definidas três linhas principais de atuação. A primeira assenta na prevenção, através



do reforço da sensibilização e da presença das forças de segurança em locais considerados mais problemáticos. A segunda prende-se com o apoio à fiscalização, área em que o Município reconhece limitações operacionais. Informou que foram identificados nove locais no concelho particularmente suscetíveis à deposição indevida de resíduos, distribuídos pelas freguesias, tendo sido solicitado à GNR que esses pontos passem a integrar os percursos habituais das patrulhas, numa lógica dissuasora e de eventual deteção de infratores em flagrante. A terceira medida consiste no trabalho de investigação desenvolvido pelo SEPNA, através de equipas especializadas na identificação dos responsáveis pelos depósitos ilegais de resíduos, recorrendo, por exemplo, à análise de documentos, materiais ou resíduos específicos que permitam identificar os respetivos autores. -----

Acrescentou que o objetivo destas medidas passa por reforçar a prevenção e a fiscalização, acreditando que a identificação e responsabilização de alguns infratores poderá contribuir para reduzir significativamente este tipo de ocorrências no concelho. -----

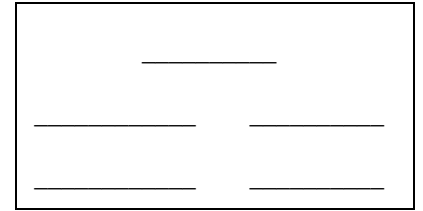
Relativamente à Romaria a Cavalo e à reinstalação da tenda no Santuário, agradeceu o reconhecimento manifestado, reiterando que o Executivo considera que este é o local adequado para acolher a estrutura, por estar diretamente ligado à valorização do próprio Santuário. -----

Referiu que o Município pretende desenvolver uma estratégia mais ampla de promoção e valorização do Santuário, projeto já previsto em orçamento, não apenas ao nível das intervenções físicas necessárias, mas também da sua promoção cultural, turística e religiosa. Salientou que o Santuário constitui um elemento distintivo do concelho, sendo o maior santuário mariano a sul do Tejo, entendendo que a associação da Romaria à valorização daquele espaço faz todo o sentido. -----

Quanto à Associação de Municípios Portugueses do Cavalo, explicou que a mesma se encontra ainda numa fase inicial de consolidação, não dispondo, por enquanto, de uma estrutura suficientemente robusta para desenvolver todas as dinâmicas desejadas. Informou que está prevista, na próxima reunião da Associação, a votação da contratação de um secretário-geral ficando um recurso humano dedicado ao funcionamento da estrutura, o que permitirá reforçar a sua capacidade de ação. -----

Referiu ainda que, na última reunião da Associação, o Município de Viana do Alentejo propôs a presença da Associação na Romaria a Cavalo, mas tal não foi possível devido à coincidência com as comemorações do 25 de Abril, que mobilizam os municípios em todo o país. Manifestou, contudo, a expectativa de que no futuro seja possível assegurar essa participação. -----

Por último, relativamente à Feira da Golegã, confirmou que a possibilidade de presença institucional dos municípios associados foi já discutida no âmbito da Associação, reconhecendo que aquele evento constitui uma importante mostra nacional ligada ao cavalo. Considerou pertinente a sugestão apresentada pelo Senhor Vereador Rui Cardoso relativamente à eventual criação de um stand promocional do Município, referindo que a mesma ficará registada para futura avaliação. -----



O Senhor Vice-Presidente, relativamente à questão da Romaria a Cavalo, começou por distinguir aquilo que corresponde à organização da própria Romaria — da responsabilidade da respetiva comissão organizadora e à receção à Romaria, assegurada pelo Município de Viana do Alentejo. -----

Referiu que a receção à Romaria constitui o evento municipal que mobiliza o maior número de recursos humanos, envolvendo dezenas de pessoas em diferentes tarefas de organização e logística, muitas das quais passam despercebidas ao público, mas são fundamentais para o bom funcionamento do evento. ----

Reconheceu a importância estratégica da Romaria e da dimensão equestre associada ao território. Contudo, salientou que o concelho de Viana do Alentejo não possui as mesmas características de territórios tradicionalmente ligados ao cavalo, como sucede no Ribatejo. Ainda assim, considerou que a criação e consolidação da Romaria a Cavalo, há cerca de vinte e quatro anos, representou um “golpe de asa extraordinário” por parte dos Municípios da Moita e de Viana do Alentejo, que souberam transformar uma iniciativa inicialmente privada num evento de grande dimensão e relevância, mantendo-o vivo até à atualidade. -----

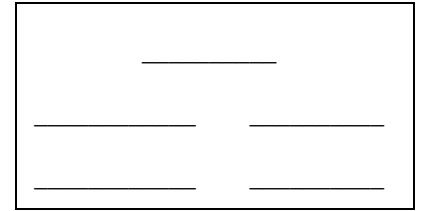
Acrescentou, porém, que o crescimento e consolidação de uma estratégia mais ampla ligada ao turismo equestre exige recursos financeiros e capacidade de investimento, reconhecendo que nem sempre é possível ir mais longe sem definir prioridades e opções concretas. Referiu igualmente que já foi transmitido ao Município, por entidades ligadas ao turismo, que existe potencial para estruturar melhor este produto turístico. -----

Destacou, no entanto, o forte envolvimento da comunidade local no evento, dando como exemplo o aumento significativo de inscrições no concurso de montras e varandas, que passaram de quinze para vinte e quatro participantes, demonstrando uma maior mobilização da população em torno da Romaria. -----

Considerou que existe efetivamente uma oportunidade de desenvolvimento na área do turismo equestre, mas sublinhou que tal dependerá sempre dos recursos humanos e financeiros disponíveis, salientando os elevados custos associados à organização de eventos, nomeadamente ao nível de tendas, artistas, som, multimédia e restantes infraestruturas, cujos preços se mantêm elevados independentemente do contexto económico. -----

Relativamente à Feira da Golegã, informou que a Comissão Organizadora da Romaria já esteve anteriormente presente naquele certame, embora a principal preocupação atual passe mais pela capacidade de gestão e acolhimento do elevado número de romeiros que o evento já mobiliza, do que propriamente pela captação de novos participantes. Ainda assim, reconheceu que a presença em eventos como a Feira da Golegã poderá continuar a ser uma possibilidade válida para o futuro, nomeadamente em termos de promoção institucional e coletiva da Romaria e do concelho. -----

O Senhor Presidente entrou em seguida no período da ordem do dia: -----



Sob proposta do Senhor Presidente e aprovado por unanimidade a ordenação dos pontos foi alterada, ficando como se segue: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto dois) Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2025

O Senhor Presidente tomou a palavra e referiu, em síntese, que os documentos apresentados constituem um dos instrumentos mais relevantes da governação municipal, por refletirem o exercício económico do ano anterior e as opções assumidas pelos executivos. Esclareceu que o documento visa disponibilizar informação de natureza financeira, económica e social, entre outra considerada pertinente. -----

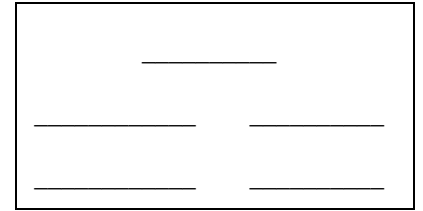
Mais informou que o documento em apreço reflete, simultaneamente, a atividade de dois executivos, correspondendo, essencialmente, a cerca de dez meses da gestão anterior e a dois meses da gestão do atual executivo, na sequência das eleições realizadas no passado dia 12 de outubro. -----

Salientou ainda que o documento foi elaborado com a maior clareza possível, pautado por um elevado sentido de responsabilidade, contendo o detalhe necessário para permitir uma leitura rigorosa da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Viana do Alentejo, bem como dos serviços prestados, considerando tratar-se de um instrumento sólido ao serviço da transparência e do escrutínio democrático. No que respeita ao cumprimento das regras orçamentais, referiu que o equilíbrio orçamental foi atingido, tendo sido superado em cerca de 213 mil euros, e que a taxa de arrecadação da receita atingiu aproximadamente 90%, ultrapassando o mínimo exigido de 85%, pelo que se encontram cumpridos os respetivos requisitos legais. -----

Por fim, dirigiu uma palavra de agradecimento aos serviços municipais e a todos os trabalhadores e colaboradores envolvidos na elaboração do documento, destacando o empenho, a disponibilidade e o profissionalismo demonstrados na recolha, tratamento e compilação da informação. -----

O Senhor Vereador Luís Miguel Duarte tomou a palavra e começou por felicitar a elaboração do documento, referindo tratar-se de um trabalho bem conseguido, claro e rigoroso, salientando, de forma democrática, que o mesmo espelha de forma transparente os cerca de dez meses de governação do anterior executivo, sem omissões ou tentativas de ocultação de informação. -----

Relativamente à Divisão de Administração Urbanística e Planeamento (DAUP), destacou a evolução positiva verificada ao longo dos últimos anos, evidenciada no próprio documento, sublinhando a importância desta divisão para os munícipes, dada a sua relevância no quotidiano e na resposta às necessidades da população, manifestando a expectativa de que este percurso de crescimento e melhoria tenha continuidade. -----



No que concerne à Prestação de Contas de 2025 do Município de Viana do Alentejo, referiu que o documento demonstra, de forma clara, uma gestão sólida, responsável e financeiramente rigorosa, refletindo essencialmente o trabalho desenvolvido pelo anterior executivo durante a maior parte do ano. Considerou que o relatório evidencia uma execução política consistente, com resultados concretos, destacando a significativa capacidade de execução nas diversas áreas municipais, o dinamismo cultural, social e associativo do concelho, bem como o investimento contínuo nas pessoas, nas coletividades, nas iniciativas e nas obras. -----

Sublinhou ainda o rigor financeiro patente no documento, evidenciado pelo equilíbrio orçamental alcançado, pela gestão prudente entre receita e despesa e pela capacidade de cumprimento dos compromissos futuros sem comprometer a estabilidade financeira, o que, no seu entendimento, demonstra a credibilidade financeira do Município. -----

No que respeita ao endividamento, referiu que o mesmo se encontra reduzido, controlado e sustentável, tanto no curto como no médio e longo prazo, permitindo ao Município manter margem de manobra para o futuro. Acrescentou que, contrariamente a algumas referências a compromissos assumidos, o documento evidencia a inexistência de encargos excessivos ou riscos financeiros, traduzindo antes uma situação de estabilidade económica e financeira. -----

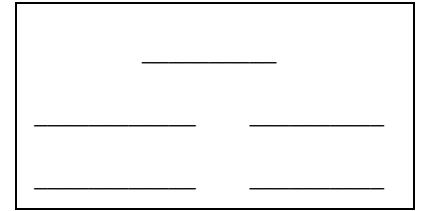
Destacou igualmente que o investimento realizado foi efetuado com responsabilidade, abrangendo áreas como eventos, cultura, apoio ao movimento associativo e políticas sociais, sem comprometer o equilíbrio financeiro do Município. -----

Referiu ainda que o anterior executivo deixou bases sólidas para o futuro, com contas controladas, estabilidade financeira assegurada e diversos projetos e investimentos preparados, alguns com financiamento já aprovado e outros em fase de encaminhamento, garantindo, assim, condições de continuidade ao mandato seguinte, independentemente de quem assumisse a presidência. -----

No que respeita ao atual executivo, considerou que este encontrou um Município com contas sólidas, uma estrutura financeira estável e condições favoráveis à concretização de projetos já preparados. -----

Concluiu afirmando que a Prestação de Contas de 2025 demonstra uma gestão rigorosa, equilibrada, responsável e eficaz, não deixando dúvidas de que o anterior executivo governou com responsabilidade, assegurando estabilidade financeira e preparando o concelho para o futuro. Citou, por fim, o próprio documento, onde se refere que “as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Município e o resultado das suas transações em todos os aspetos materialmente relevantes”. -----

Por último, esclareceu que o relatório de prestação de contas foi elaborado pelo atual executivo, não tendo o anterior tido qualquer influência direta na sua execução. -----



O Senhor Presidente tomou novamente a palavra e referiu que o Senhor Vereador não havia colocado propriamente questões, tendo antes apresentado um conjunto de considerações e comentários, sobretudo elogiosos relativamente à anterior gestão. Todavia, salientou que o documento em análise não reflete apenas aspetos positivos, considerando redutor fazer uma leitura exclusivamente nesse sentido.

Esclareceu que o relatório identifica igualmente diversas situações menos favoráveis, dando como exemplos o facto de o portal do associativismo se encontrar inativo há vários anos; a diminuição do número de presenças na iniciativa “Abana Viana”, que passou de 134 para 109 no que respeita ao campismo; a redução de 5,24% no número de visitantes do posto de turismo, correspondente a menos 353 visitantes, contrariando a tendência de crescimento verificada desde 2020; e a participação de apenas 77 atletas no Prémio Nossa Senhora de Aires. -----

Acrescentou ainda que o documento refere que o Conselho Municipal da Juventude não reuniu, bem como um aumento do endividamento municipal, decorrente, designadamente, da contratação de um leasing para aquisição de um autocarro. -----

Destacou também como particularmente relevante a referência ao risco de o Município não vir a receber cerca de 70 mil euros relativos ao ano anterior, no âmbito do abastecimento de água, uma vez que não foram efetuados cortes no fornecimento, sendo que a dívida acumulada ascende a aproximadamente 400 mil euros. -----

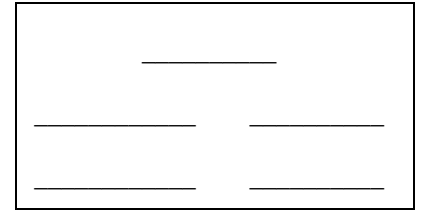
Face ao exposto, sublinhou que o documento apresenta um retrato fiel da realidade, contemplando quer os aspetos positivos, quer os negativos, sendo esse o seu principal valor. Reiterou que uma análise equilibrada deve atender a ambas as dimensões, não sendo justo considerar apenas uma delas. -----

Concluiu referindo que, no próximo ano, será apresentada a prestação de contas da exclusiva responsabilidade do atual executivo, momento em que procurarão refletir, com igual rigor e transparência, tanto os objetivos alcançados como aqueles que eventualmente não venham a ser concretizados. -----

O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra e referiu tratar-se igualmente de um comentário, em linha com a intervenção do Senhor Presidente, apresentando alguns exemplos, sem carácter exaustivo. -----

Relativamente ao investimento na área da cultura, mencionou que, embora tenham sido atribuídos apoios a associações de cariz cultural, do ponto de vista da programação cultural não se verificaram iniciativas relevantes, nem no último ano nem nos anteriores, apontando como exemplo o cineteatro, que não apresentou programação. -----

Acrescentou ainda que, no que respeita ao edificado municipal, e embora tal não esteja integralmente refletido no documento — por opção de transcrição fiel da informação disponibilizada pelos serviços —, é do conhecimento que um conjunto significativo de edifícios municipais não foi alvo de manutenção adequada ao longo dos últimos anos, com necessidades evidentes ao nível de coberturas, pinturas e outras intervenções, situação que o atual executivo terá de colmatar. -----



Referiu também, a título de exemplo, o aumento da despesa com gás, na ordem dos 15 mil euros, não decorrente do preço unitário, mas associado a uma avaria numa caldeira que terá permanecido em funcionamento contínuo, admitindo que, a verificar-se durante vários anos, tal poderá ter representado um acréscimo significativo de despesa. -----

Mencionou ainda a existência de valores em dívida a associações, bem como o estado de degradação de algumas vias municipais, salientando que o investimento em pavimentações foi reduzido, identificando algumas intervenções pontuais realizadas já em período pré-eleitoral. -----

No domínio do turismo, destacou a diminuição do número de visitantes face a 2019, ano de referência anterior à pandemia, apontando para uma quebra na ordem dos 30%, considerando tratar-se de um decréscimo relevante. -----

Não obstante as críticas apontadas, reconheceu que, no que respeita ao programa de eventos do último ano de mandato, não se verificaram, de forma geral, situações de despesa excessiva. -----

Por fim, abordou a necessidade de adoção de algumas medidas impopulares, referindo o caso da implementação do sistema de recolha porta-a-porta, que, ao contrário de outros municípios da AMCAL — designadamente Cuba, Vidigueira, Portel e Alvito —, não foi plenamente concretizado, cabendo agora ao atual executivo a sua efetiva implementação. -----

Referiu ainda as limitações do parque de viaturas municipais, com custos médios anuais de manutenção na ordem dos 110 mil euros, bem como a problemática associada à gestão da água, destacando-a como uma das mais complexas, atendendo ao facto de o Município registar perdas e consumos não faturados na ordem dos 40% da água adquirida. -----

Concluiu salientando que estes aspetos também integram a análise da prestação de contas, sendo importante que os mesmos sejam do conhecimento geral. -----

O Senhor Presidente, constatou a existência de um erro na página 88, onde, relativamente ao passivo, se encontra indicado que o Município de Viana do Alentejo encerrou o ano com o valor de 7.365.000 euros, quando o montante correto é de 7.346.000 euros. Mais referiu que esta correção implica a alteração da percentagem de 72,35% para 72,49%, bem como a atualização dos valores relativos ao passivo não corrente e ao passivo corrente, passando este último de 27,75% para 27,55%. -----

Solicitou, por fim, que os Senhores Vereadores tivessem em consideração a referida correção. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte tomou a palavra e referiu que era expectável que fossem apontados os aspetos menos positivos do documento, à semelhança do que ele havia feito ao destacar os aspetos positivos, salientando que a sua análise incidiu sobre o documento no seu todo, sendo as conclusões apresentadas baseadas no conteúdo nele expresso. -----

Afirmou ainda que o atual executivo beneficiará das boas condições financeiras e do trabalho desenvolvido pelo anterior executivo, nomeadamente no que respeita à estabilidade financeira alcançada. -----

Relativamente à área da cultura, optou por não se alongar, referindo, no entanto, que tendo o Senhor Vice-Presidente exercido funções como chefe de divisão nessa área, deverá também assumir responsabilidades nesse domínio, considerando que existiu investimento significativo no setor. -----

No que concerne à questão da água, referiu que parte da dívida existente decorre de medidas adotadas no período pós-pandemia, designadamente o adiamento do pagamento de faturas e situações excecionais então verificadas, entendendo que tal deverá ser tido em conta na análise global. Acrescentou que será importante avaliar, no futuro, a forma como o atual executivo irá gerir esta matéria, nomeadamente no que respeita ao controlo de consumos e eventuais medidas a adotar, tendo em consideração o contexto económico atual das famílias. -----

Salientou ainda que os elevados níveis de consumo e as perdas de água registadas constituem um problema relevante, mas que não poderá ser integralmente imputado ao anterior executivo, atendendo ao período temporal em análise. -----

Apresentou também uma correção ao documento, referindo que é mencionada a existência de consumo de gás natural no concelho de Viana do Alentejo, o que não corresponde à realidade, tratando-se, no seu entendimento, de uma incorreção. -----

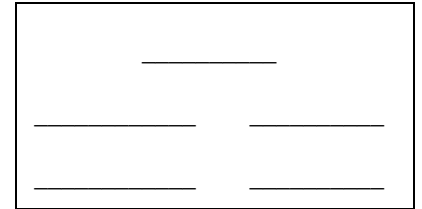
Relativamente ao aumento dos custos com gás, contrapôs que as avarias nas caldeiras, ocorridas ao longo do tempo, terão inclusivamente contribuído para a redução do consumo em determinados períodos, defendendo que o acréscimo da despesa se encontra mais associado à subida significativa do preço do gás nos últimos anos. -----

Concluiu reiterando que o documento reflete de forma clara a realidade e que a sua análise foi efetuada com base nos elementos nele constantes, considerando natural a existência de diferentes interpretações, mas sublinhando a qualidade e clareza do relatório apresentado. -----

O Senhor Presidente tomou a palavra para prestar um esclarecimento, centrando a sua intervenção na questão dos cortes de água, referindo que as restantes matérias abordadas consubstanciaram essencialmente considerações já anteriormente debatidas. -----

Esclareceu que os motivos para a não realização de cortes de água são, no seu entendimento, relevantes, contrariando a ideia de que se trataria de uma questão sem pertinência. Afirmou que o anterior executivo não avançou com essa medida por se tratar de uma decisão impopular, sublinhando, contudo, que o pagamento da água constitui um dever dos utilizadores, à semelhança do que sucede nos restantes municípios, e que o incumprimento desse dever não deve ser desconsiderado. -----

Acrescentou que a ausência de cortes de água desde 2022 resultou, assim, de uma opção política, mas que se trata de uma medida que considera inevitável, tendo em vista a sustentabilidade do sistema. -----



Relativamente à questão das perdas de água, distinguiu situações de perdas técnicas, que podem ocorrer e cuja resolução pode ser complexa, do aumento verificado mais recentemente, que, no seu entender, está associado à ausência de investimento no ciclo urbano da água ao longo dos últimos quatro anos. -----

Referiu ainda que, analisando a evolução das perdas, se verifica uma tendência de redução até 2022, ainda influenciada por investimentos realizados anteriormente, seguida de um agravamento a partir dessa data. Manifestou, contudo, algumas reservas quanto à possibilidade de inverter esta tendência no curto prazo, embora tenha expressado a expectativa de que, ao longo do mandato, seja possível alcançar essa melhoria.

O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra para um breve esclarecimento, em resposta ao Senhor Vereador Luís Miguel Duarte, bem como para melhor contextualização pública de algumas matérias. -----

Esclareceu que exerceu funções como chefe de divisão durante vários anos, tendo trabalhado ainda com o executivo anterior apenas por um período de cerca de oito a nove meses, sublinhando que o cargo de chefe de divisão se insere na esfera técnica, não lhe cabendo a decisão política, a qual pertence ao órgão executivo. -----

Referiu ainda que importa distinguir entre cultura e entretenimento, considerando tratar-se de áreas distintas, ainda que ambos relevantes, acrescentando que o objetivo do atual executivo passa por evoluir no domínio da cultura, reconhecendo que tal percurso ainda se encontra em desenvolvimento. -----

Relativamente à questão do gás, esclareceu que o aumento verificado se prende com o acréscimo do consumo (quantidade), e não apenas com a variação do preço, salientando que esta informação foi confirmada junto dos serviços técnicos, de modo a assegurar o rigor dos dados apresentados. -----

Por último, referiu que a situação das caldeiras foi objeto de intervenção após o início de funções do atual executivo, tendo sido contactada a empresa fornecedora para resolução do problema, encontrando-se, segundo indicou, a situação regularizada desde o mês de novembro. -----

O Senhor Vereador Rui Cardo tomou a palavra e referiu que procuraria ser breve, salientando que o relatório de prestação de contas em análise é um documento denso, detalhado e extenso, permitindo diferentes leituras e interpretações, consoante o prisma adotado. -----

Referiu ainda que, durante cerca de dez meses do ano de 2025, o partido Chega não teve representação nos órgãos do Município, pelo que considerou não ser adequado tecer considerações de natureza política sobre decisões relativamente às quais não teve intervenção ou responsabilidade direta. -----

Nessa medida, optou por não apresentar comentários de cariz político nesta sede, sem prejuízo de poder vir a existir uma análise distinta por parte dos eleitos na Assembleia Municipal. -----

Acrescentou que entende este momento como um exercício de prestação de contas e de avaliação da situação atual do Município, defendendo que, a partir daqui, deverá prevalecer o escrutínio da ação do executivo, manifestando a expectativa de que o mesmo desenvolva o seu trabalho com empenho. -----O

Senhor Presidente referiu, por fim, que o executivo agradece o escrutínio da atividade municipal,

salientando que o mesmo contribui para a melhoria contínua do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e, conseqüentemente, para a qualidade dos serviços prestados aos munícipes. -----

Reiterou que o exercício de fiscalização e análise por parte dos eleitos é positivo e desejável, incentivando a sua continuidade sempre que possível, por se tratar de um contributo relevante para a melhoria da ação municipal. -----

Relativamente a exigências legais no âmbito da Prestação de Contas de 2025, há que observar o disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 6/2025, publicado no Diário da República de 13 de fevereiro de 2026, bem como a Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2019, publicado no Diário da República de 6 de março de 2019. Nos termos do número 4.1 do Ponto IV – Notas Técnicas desta instrução, expressa-se o seguinte relativamente aos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2025: -----

1. Total do ativo/património líquido/ capital próprio/ fundo social e passivo (Balanço): -----
 - a) Total do Ativo -30.970.147,83€ - (Trinta milhões, novecentos e setenta mil, cento e quarenta e sete euros e oitenta e três cêntimos). -----
 - b) Património Líquido – 23.623.718,45€ - (Vinte e três milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e dezoito euros e quarenta e cinco cêntimos.) -----
 - c) Total do Passivo – 7.346.429,38€ - (Sete milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove euros e trinta e oito cêntimos.) -----
2. Rendimentos e Gastos (DR) -----
 - a) Rendimentos – 11.024.608,86€ - (Onze milhões, vinte e quatro mil, seiscentos e oito euros e oitenta e seis cêntimos.) -----
 - b) Gastos – 12.233.463,72€ - (Doze milhões, duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e três euros e setenta e dois cêntimos.) -----
3. Resultado Líquido (-1.208.854,86€ - (Um milhão, duzentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos.) -----
4. Recebimentos e Pagamentos (DFC) -----
 - a) Recebimentos – 12.155.338,52€ - (Doze milhões, cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos.) -----
 - b) Pagamentos – 12.464.488,84€ - (Doze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos.) -----
5. Desempenho Orçamental (Recebimentos e Pagamentos) (DDO) -----
 - a) Recebimentos – 13.832.932,21€ - (Treze milhões, oitocentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta e dois euros e vinte e um cêntimo.) -----
 - b) Pagamentos – 12.541.349,12€ - (Doze milhões, quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e quarenta e nove euros e doze cêntimos.) -----

6. Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria) -----

- a) Saldo inicial de operações orçamentais – 1.537.385,39€ - (Um milhão, quinhentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos.) -----
- b) Saldo final de operações orçamentais – 1.291.583,09€ - (Um milhão, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e oitenta e três euros e nove cêntimos.) -----
- c) Saldo inicial de operações de tesouraria – 200.851,31€ - (Duzentos mil, oitocentos e cinquenta e um euros e trinta e um cêntimo.) -----
- d) Saldo final de operações de tesouraria – 139.503,29€ - (Cento e trinta e nove mil, quinhentos e três euros e vinte e nove cêntimos.) -----

Votados os Documentos de Prestação de Contas relativos à Gerência de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, foram os mesmos aprovados com quatro votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador do CHEGA. Com idêntica votação, foi deliberado transferir o resultado líquido negativo (- 1.208.854,86) para a conta 56 – Resultados Transitados. -----

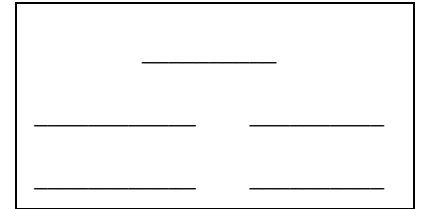
Ponto três) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara. -----

No dia 2 de abril, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente fizeram atendimentos a munícipes. Também no dia 2 de abril, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente participaram no almoço comemorativo do 44.º aniversário da Associação de Convívio dos Reformados de Alcáçovas, na sede desta, a convite da Associação. -----

Ainda no dia 2 de abril tiveram início as comemorações municipais do 25 de abril, com a inauguração da exposição “25 de abril e o nascimento da Democracia Portuguesa”, na Biblioteca Municipal de Viana do Alentejo, numa iniciativa da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de abril, em parceria com a Câmara Municipal de Viana do Alentejo e a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. De seguida, realizou-se uma palestra subordinada ao tema “50 anos da Constituição da República Portuguesa”, pela magistrada jubilada Aurora Rodrigues, por ocasião do 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa. Estiveram presentes o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, a Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, o Adjunto do Senhor Presidente e o Secretário do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

No dia 3 de abril, o Senhor Presidente esteve presente na sessão de inauguração do “Vidigueira Vinho”, no Pavilhão Multiusos, a convite da Câmara Municipal de Vidigueira. -----

No dia 4 de abril, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente estiveram na “Chocalhada”, em Castelo de Vide. O Senhor Presidente informou que este evento é o ponto alto do Sábado de Aleluia, naquela localidade. É uma tradição secular onde centenas de pessoas percorrem as ruas da vila com chocalhos, fazendo barulho para anunciar a ressurreição de Cristo. A presença o executivo em regime de permanência na iniciativa prendeu-se com o facto de ser utilizado o Chocalho, Património Cultural Imaterial da

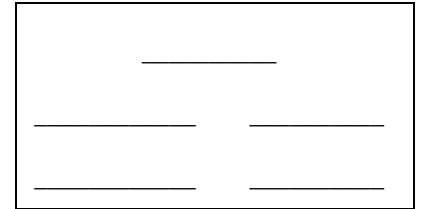


Humanidade com Necessidade de Salvaguarda Urgente, desde 2015, e ter na freguesia de Alcáçovas uma expressão identitária. O Senhor Presidente recordou que a candidatura apresentada à UNESCO foi liderada pela ERTAR – Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, em parceria com a Câmara Municipal de Viana do Alentejo e com a Junta de Freguesia de Alcáçovas, e coordenada pelo antropólogo Paulo Lima. No dia 7 de abril, por ocasião do Dia Mundial da Saúde, o Município promoveu uma série de atividades, previstas inicialmente para a Quinta da Joana, mas que decorreram no Pavilhão Gimnodesportivo de Viana do Alentejo devido às condições meteorológicas. Esta iniciativa, dirigida à comunidade, envolveu os alunos da Pausa Letiva da Páscoa, os utentes do Clube de Saúde + e alunos do Polo de Viana do Alentejo da Universidade Popular Túlio Espanca. O Senhor Presidente referiu que o principal objetivo foi sensibilizar para a importância da adoção de estilos de vida saudável, como enfoque na alimentação equilibrada, na saúde mental e na influência do ambiente na qualidade de vida. Durante o dia decorreram várias atividades: aula de zumba, atelier de lanches saudáveis, atividades psicomotoras, sessão de suporte básico de vida, rastreio cardiovascular, entre outras. A iniciativa contou com a colaboração do CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social – 5G Rumo Certo – Terras Dentro, Radar Social, UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade de Viana do Alentejo, Divisão de Saúde Pública da ULSAC – Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e as juntas de freguesia de Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo. O Senhor Presidente deu as boas-vindas aos participantes, na sessão de abertura, e a iniciativa foi acompanhada pela Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

Também no dia 7 de abril, decorreu uma reunião com as associações do Concelho, no Cineteatro Vianense, onde estiveram presentes o Senhor Presidente e a Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência. Dos assuntos abordados, o Senhor Presidente referiu o pedido de contributos para o Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, informações sobre os pedidos de apoio (logísticos e financeiros) e pedidos de cedência de espaços e, ainda, a entrega de documentos obrigatórios. -----

No dia 8 de abril reuniu a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Viana do Alentejo, no Centro Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo. Estiveram presentes, entre outros, o Senhor Presidente e o Coordenador do SMPCVA – Serviço Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo e a reunião teve como principais objetivos a Aprovação do Plano Operacional Municipal de 2026 para o Município de Viana do Alentejo e dos ajustes ao regimento da Comissão. -----

No dia 9 de abril, o Adjunto do Senhor Presidente e os Técnicos Superiores Paula Benthinho e Tiago Cardoso estiveram presentes na II Gala Nacional, promovida pela ANGES – Associação Nacional de Gerontologia Social, em Águeda, por ocasião da distinção do Município com a Bandeira de Mérito Social 2026. Foram apresentadas 730 candidaturas a nível nacional, tendo sido distinguidas 144 entidades, entre autarquias e outras organizações de relevo. O Senhor Presidente informou que a candidatura apresentada pelo



Município destacou o Projeto da “Universidade Popular / Clube de Saúde +”, uma iniciativa dirigida à comunidade e integrada nas estratégias municipais que visam a inclusão, a saúde e o envelhecimento ativo. O Senhor Presidente considera que este reconhecimento destaca o compromisso contínuo do Município na promoção do bem-estar social, na implementação de políticas inclusivas e no apoio à comunidade local.

☐ No dia 13 de abril, o Senhor Presidente esteve presente na Cerimónia do Dia do Combatente e 108.º aniversário da Batalha de La Lys, no Rossio de São Brás, em Évora, a convite do Núcleo de Évora da Liga dos Combatentes. Nesta cerimónia, o Município de Viana do Alentejo prestou homenagens aos antigos combatentes, assinalando o momento com a oferta de uma coroa de flores. -----

Ponto quatro) Proposta de aprovação da 7ª alteração orçamental que integra a 6ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; a 5ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 2ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----

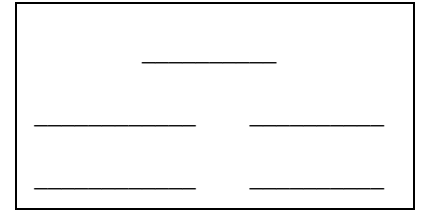
O Senhor Presidente prestou breves esclarecimentos, referindo que a alteração em causa é de natureza pontual. No que respeita à rubrica de vestuário, explicou que o ajustamento no montante de 10.000 euros visa permitir a realização de um procedimento de valor mais elevado, com o objetivo de assegurar o fornecimento contínuo ao longo do ano. Esclareceu que esta opção evita a necessidade de desencadear procedimentos sempre que surja a necessidade de adquirir bens, como, por exemplo, luvas, passando a existir uma espécie de bolsa de equipamentos disponível para aquisições faseadas. Acrescentou que esta previsão teve de ser contemplada em orçamento, decisão que apenas foi tomada no presente momento. Relativamente ao montante de 15.000 euros destinado à ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas, informou que a estimativa do projeto se mantém inalterada, tendo, contudo, ocorrido a transição de um valor do ano anterior que não foi possível liquidar em 2025, o que originou a necessidade de reforço da verba. -----

No que concerne ao acerto da revisão de preços, referiu que apenas recentemente foi disponibilizada a conta final relativa à EBSIS, bem como a informação por parte da fiscalização, a qual se encontrava em falta há vários meses. Indicou ainda que o valor apurado foi superior ao inicialmente previsto. -----

Por fim, quanto à fiscalização da obra, esclareceu que se verificou situação idêntica, tendo o custo final ultrapassado o montante inicialmente orçamentado, o que implicou um reforço adicional de 3.000 euros. Concluiu, questionando se existia alguma questão adicional. -----

A Senhora Vereadora Rute Belga colocou uma questão relativamente aos reforços do PPI, referindo que, onde se encontra indicado o ano de 2027, deveria tratar-se de 2026. -----

O Senhor Presidente esclareceu que não, explicando que a obra em causa tem natureza plurianual, contemplando investimento em 2026 e em 2027. Assim, referiu que, aquando da contratação da fiscalização, é necessário assegurar a existência de dotação orçamental para 2027, de modo a fazer face à respetiva despesa. -----



O Senhor Vereador Rui Cardoso colocou uma questão relativamente à coerência entre as tabelas apresentadas. Referiu que, na primeira tabela, consta um reforço de verbas no montante de 6.300 euros para a requalificação da Escola Doutor Isidoro de Sousa, bem como uma verba de 3.000 euros para a fiscalização da obra de requalificação da Escola Básica de Aguiar. Contudo, observou que, na tabela constante da página seguinte, na rubrica “Escolas”, apenas se encontra inscrito o montante de 3.000 euros no âmbito das inscrições e reforços. -----

Acrescentou que poderá tratar-se de uma eventual incorreção na sua leitura, mas entendeu assinalar a aparente discrepância, porquanto, ao comparar ambas as tabelas, esperaria que o valor refletido na rubrica agregada incluísse os dois montantes anteriormente mencionados. -----

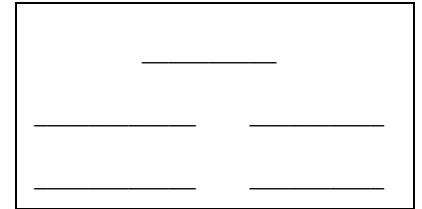
O Senhor Presidente solicitou um breve instante para verificação da situação. De seguida, referiu que, ao analisar a alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, importa verificar a rubrica relativa à requalificação da escola básica, manifestando, contudo, alguma dúvida quanto à correspondência dos valores apresentados. -----

A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos esclareceu que a situação se prende com o apuramento do valor líquido resultante do encontro entre verbas a reforçar e verbas a reduzir. Assim, explicou que o montante apresentado corresponde ao saldo final, resultante da soma das verbas a acrescer e da subtração das verbas a diminuir, traduzindo, em termos práticos, o encontro de contas. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte fez uma breve observação, referindo que se encontra em apreciação a sétima alteração orçamental. Recordou que, no início do mandato, o Senhor Presidente havia manifestado a intenção de evitar este tipo de alterações, tendo, na altura, sido dirigidas críticas ao anterior executivo, que realizava alterações com maior frequência, em parte devido à inexistência de orçamento aprovado. Acrescentou que, no contexto atual, já com orçamento aprovado, o número de alterações poderá indiciar algum desajustamento na sua elaboração, deixando a nota como chamada de atenção. -----

O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador, referindo que, mesmo com as alterações ora apresentadas, o número das mesmas não ultrapassa o registado no mandato anterior. Acrescentou ainda que, relativamente à questão da não aprovação do orçamento invocada pelo Senhor Vereador, não houve, durante o seu mandato, qualquer alteração orçamental que tivesse sido reprovada, sublinhando que essa referência tem sido reiteradamente mencionada. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso referiu que uma das áreas em que se verifica um corte para posterior realocação de verbas diz respeito às questões de limpeza e higiene, no montante de cerca de 5.000 euros. Solicitou esclarecimentos adicionais sobre o impacto operacional desta redução na execução, atendendo a que se trata de uma matéria que tem sido frequentemente abordada nas reuniões recentes, designadamente nos períodos antes da ordem do dia. Manifestou interesse em compreender em que



medida esta alteração orçamental poderá afetar a capacidade de resposta nesta área, solicitando, por isso, um maior detalhe sobre a mesma. -----

O Senhor Presidente esclareceu que a opção de redução de verbas nessa rubrica resulta da necessidade de acomodar os investimentos previstos, nomeadamente no âmbito dos equipamentos de proteção individual (EPIs) e vestuário. Referiu que, face às necessidades de reforço noutras áreas, foi necessário proceder a ajustamentos orçamentais, procurando-se afetar a redução a rubricas consideradas de menor impacto. --- Acrescentou que não poderia ser inviabilizada a execução de projetos como a ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas, sendo, por isso, necessário proceder a compensações noutras áreas da despesa. -----

Esclareceu ainda que a redução em causa incide sobre a aquisição de serviços de limpeza, explicando que, no caso do Centro de Saúde, existia anteriormente um contrato de prestação de serviços, o qual deixou de se justificar na mesma medida, uma vez que passou a existir uma funcionária afeta ao município a assegurar essas funções. -----

Assim, referiu que, por se tratar de uma despesa que deixou de ser necessária com a mesma expressão e não se prevendo a sua utilização até ao final do ano, se entendeu proceder à respetiva redução em sede de orçamento. -----

Submetido a votação, foi deliberado aprovar com 2 favoráveis e 3 abstenções por parte dos Senhores Vereadores da CDU e do CHEGA, a 7ª alteração orçamental que integra a 6ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; a 5ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 2ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto cinco) Proposta de submissão à Assembleia Municipal da eleição de um representante das Freguesias para o Conselho Municipal de Saúde de Viana do Alentejo; -----

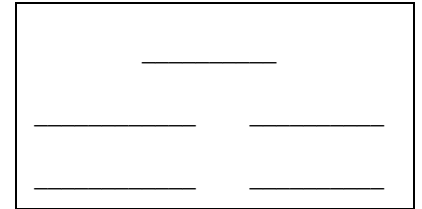
A Câmara Municipal deliberou aprovar por maioria com 4 votos favoráveis e 1 abstenção por parte do Senhor Vereador do CHEGA, a proposta de submissão à Assembleia Municipal da eleição de um representante das Freguesias para o Conselho Municipal de Saúde de Viana do Alentejo. -----

Ponto seis) Proposta de fixação do preço de um artigo de merchandising/promoção da XXIV Romaria a Cavalo 2026 - Cavalos de madeira; -----

A Câmara Municipal deliberou aprovar por maioria com 3 votos favoráveis e 2 abstenções por parte dos Senhores Vereadores da CDU, a fixação do preço do artigo de merchandising/promoção da XXIV Romaria a Cavalo 2026 – cavalos de madeira, no valor de 10,00€ -----

Ponto sete) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas (1º trimestre de 2026), ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais;),

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de verba para o Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas, no valor de 213,00 € (duzentos e treze euros e sessenta cêntimos),



referente ao 1.º trimestre de 2026, ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais. -----

Ponto oito) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo - Grupo Coral Sementes do Cante (1ºtrimestre de 2026), ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de verba para o Grupo Coral Etnográfico de Viana do Alentejo - Grupo Coral Sementes do Cante, no valor de 180 € (cento e oitenta euros), referente ao 1.º trimestre de 2026, ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais.

Ponto nove) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Etnográfico de Viana do Alentejo (1ºtrimestre de 2026), ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de verba para o Grupo Coral Etnográfico de Viana do Alentejo, no valor de 180 € (cento e oitenta euros), referente ao 1.º trimestre de 2026, ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais. -----

Ponto dez) Proposta de antecipação da data de pagamento da comparticipação financeira ao Sporting Clube de Viana do Alentejo, no âmbito do contrato-programa de desenvolvimento desportivo 2025/2026; -----

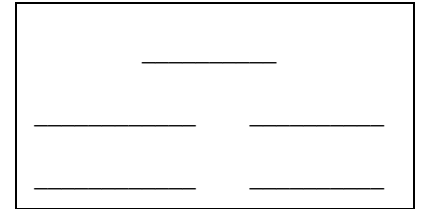
O Senhor Vereador Rui Cardoso referiu que esta era uma questão sensível e que merecia de facto a análise enquanto decisores políticos, enquanto decisores de recursos públicos pelo facto de existir em algumas questões sensíveis, sendo a primeira questão relativa à situação que o Sporting de Viana ao pedir esta antecipação, a qual não se trata de nenhum reforço de verba, de nenhuma alteração aos valores que são pagos mas sim uma antecipação à verba que estava calendarizada para ser paga mais à frente. Continuou referindo que este pedido de antecipação surge na sequência de necessidades financeiras tão básicas e gritantes como a luz, a eletricidade e as despesas inerentes, achando assim que esta é uma situação delicada e que põe em causa aquilo que é a própria vivência do clube no dia-a-dia. Prosseguiu referindo que o contrato programa efetivamente tem entre diversas dimensões uma calendarização de pagamentos e perguntou se existe algum precedente na antecipação destes pagamentos, e se é um mecanismo normal ou usual por parte das entidades com as quais o Município tem contratos-programa ou outro tipo de contratos. Questionou também se esta antecipação de tesouraria tem cabimento orçamental, ou seja, disponibilidade imediata no ponto de vista da tesouraria municipal sem prejuízo de outros compromissos já assumidos, devido ao facto de se ter tido alterações orçamentais com tanta frequência. Questionou ainda qual seria o critério político-administrativo para determinar quando se faz ou não este tipo de antecipações e se consideravam se teria que existir alguma alteração ao contrato programa para enquadrar esta antecipação ou a deliberação da reunião de câmara bastará para efetuar o pagamento. Terminou referindo que da parte deste vereador não existe qualquer problema e viabilizará a antecipação, contudo

deixa o alerta de facto que situações tão básicas tais como a luz, água entre outras é uma situação que terá de ser acautelada e pensada por todos, que de facto os clubes e o associativismo, dependendo estritamente ou em grande medida da contratualização que é feita relativamente ao fluxo de apoio municipal coloca questões que são sensíveis e que merecem uma reflexão profunda. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que o pedido efetuado pelo Sporting de Viana obteve da parte do executivo tratamento jurídico de forma que se tivesse a certeza que o mesmo poderia ser feito. Disse também que concordava com o Senhor Vereador que o acontecimento não se poderia tornar hábito tendo sim que ser alterada a calendarização, pois para o Sporting de Viana a época termina mais tarde pois volta a estar na final da taça, mas em meados de maio normalmente a época finda podendo, se calhar, as tranches estarem já entregues nessa altura. Acrescentou ainda que o que se estava a antecipar seria uma tranche de junho restando ainda uma em maio e que do ponto de vista do cabimento orçamental este já existia, estando-se apenas a antecipar a transferência, mas o que iria ser transmitido aos clubes era que efetivamente não se poderia tornar uma prática pois o contrato é negociado e todos os pormenores podem ser discutidos, incluindo a própria calendarização, dizendo que não sabia o motivo porque tinha sido assim feito pois não estava presente na altura, mas que deveria ter alguma lógica associada. Continuo dizendo que aproveitava para dizer que os clubes que querem competir a este nível, como o Sporting de Viana, com resultados importantes como tem conseguido nos últimos anos, não conseguirão continuar com a dinâmica apenas com o dinheiro da câmara, deixando um apelo, pois a comunidade mobiliza-se sempre que existe uma final, sempre que há taças e particularmente o Sporting de Viana é um clube vencedor, mas o tecido empresarial, como também os sócios e todas as pessoas que podem efetivamente ajudar o clube devem participar, tanto quanto possível, juntarem-se à direção e ajudarem, pois a Câmara não conseguirá incrementar as verbas nos próximos tempos pois o orçamento mantém-se praticamente igual. Finalizou referindo que relativamente ao ponto em questão seria para enviar o dinheiro mais cedo de forma a fazer face a um conjunto de despesas que são muito normais em finais de época pois existe sempre contas a regularizar com a Associação de Futebol de Évora e eventualmente com alguns atletas, sendo um final de época que requer sempre disponibilidades de tesouraria. -----

O Senhor vereador Rui Cardoso questionou se já tinha ocorrido mais alguma vez uma situação destas. ----
O Senhor Vice-Presidente respondeu que não tem conhecimento de qualquer caso destes até ao momento.
O Senhor vereador Luís Duarte esclareceu que no anterior executivo, tinha ocorrido um caso semelhante, relacionado com o Sporting de Viana. -----

O Senhor Presidente da Câmara completou a informação referindo que após a assinatura de um contrato programa é feito um compromisso do valor estando já essa verba reservada, pelo que pagar a mesma mais tarde ou mais cedo depende apenas do que fica escrito nas datas de pagamento. -----



Submetido a votação, a Câmara deliberou, por maioria com 4 favoráveis e 1 abstenção por parte do Senhor Vereador do CHEGA, aprovar a antecipação da data de pagamento da comparticipação financeira ao Sporting Clube de Viana do Alentejo, no âmbito do contrato-programa de desenvolvimento desportivo 2025/2026. -----

Ponto onze) Proposta de aprovação dos horários de funcionamento da “Tenda Tradições ”no âmbito da XXIV Romaria a Cavalo Moita–Viana do Alentejo, para os dias 25 e 26 de abril de 2026;

A Câmara deliberou, por maioria com 3 votos favoráveis e 2 abstenções por parte dos Senhores Vereadores da CDU, aprovar os horários de funcionamento da “Tenda Tradições”, no âmbito da XXIV Romaria a Cavalo Moita–Viana do Alentejo, para os dias 25 e 26 de abril de 2026, nos seguintes termos: 25 de abril, das 12h00 às 04h00; e 26 de abril, das 12h00 às 20h00. -----

Ponto doze) Proposta de ratificação do Despacho do Presidente da Câmara que autorizou a emissão de licença especial de ruído e isenção de taxas, ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, para a realização do Baile da Pinha, no dia 4 de abril de 2026; -----

A Câmara Municipal ratificou, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente da Câmara que autorizou a emissão de licença especial de ruído e a isenção do pagamento de taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, para a realização do Baile da Pinha, no dia 04/04/2026, com início às 21h00 e término às 04h00 do dia 05/04/2026. -----

Ponto treze) Proposta de emissão de Licença especial de ruído, em nome Maria João Rodrigues da Conceição, para a realização da "Festa de reabertura - BelaMENTE" no dia 30/04/2026; -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de licença especial de ruído em nome de Maria João Rodrigues da Conceição, para a realização da “Festa de Reabertura – BelaMENTE”, no dia 30/04/2026, com início às 22h00 e término às 03h00 do dia 01/05/2026. -----

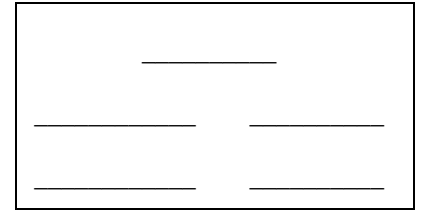
Ponto catorze) Proposta de ratificação do despacho de nomeação do diretor de fiscalização da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----

As questões colocadas pela Senhora Vereadora Rute Belga foram respondidas pelo Senhor Presidente. ---
A Câmara Municipal deliberou, por maioria com 2 votos favoráveis e 3 abstenções por parte dos Senhores Vereadores da CDU e do CHEGA, ratificar o despacho de nomeação do diretor de fiscalização da empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo. -----

Ponto quinze) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 5, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Aguiar; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 5, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Aguiar.

Ponto dezasseis) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 5, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas; -----



A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 5, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas. -----

Ponto dezassete) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 17, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas; -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 17, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas. -----

Ponto dezoito) Proposta de interdição de trânsito em algumas artérias da freguesia de Viana do Alentejo, por ocasião do F.I.C.O - Festival de Ilustração e Criatividade em Olaria, a decorrer entre os dias 14 e 18 de maio de 2026; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a interdição de trânsito em algumas artérias da freguesia de Viana do Alentejo, por ocasião do F.I.C.O. – Festival de Ilustração e Criatividade em Olaria, a decorrer entre os dias 14 e 18 de maio de 2026. -----

Ponto dezanove) Proposta de interdição de trânsito em algumas artérias de Viana do Alentejo, no âmbito Comemorações do 25 de abril - Corrida da liberdade, organizada pela Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, a decorrer no dia 25 de abril de 2026; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a interdição de trânsito em algumas artérias de Viana do Alentejo, no âmbito das Comemorações do 25 de Abril – Corrida da Liberdade, organizada pela Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, a realizar no dia 25 de abril de 2026. -----

Ponto vinte) Proposta de interdição de trânsito em algumas artérias de Viana do Alentejo, no âmbito das Comemorações do 25 de Abril; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a interdição de trânsito em algumas artérias de Viana do Alentejo, no âmbito das Comemorações do 25 de Abril. -----

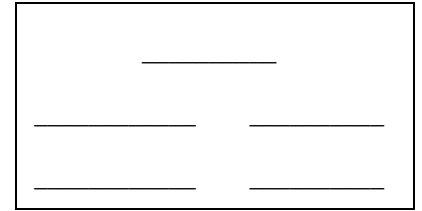
Ponto vinte e um) Proposta de alteração de trânsito em Viana do Alentejo, no âmbito da XXIV Romaria a Cavalo, a decorrer nos dias 25 e 26 de abril de 2026; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração de trânsito em Viana do Alentejo, no âmbito da XXIV Romaria a Cavalo, a decorrer nos dias 25 e 26 de abril de 2026. -----

Ponto vinte e dois) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a um munícipe da freguesia de Alcáçovas. -----

Ponto vinte e três) Proposta de aprovação do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação dos Amigos das Alcáçovas – Grupo Pedestrianista Alcáçovas – Outdoor Trails; -----



O Senhor Vice-Presidente prestou uma breve nota explicativa, referindo que o protocolo é submetido à Câmara Municipal por contemplar ligeiras alterações e uma atualização do seu conteúdo. Esclareceu que, embora o mesmo previsse renovação automática, foram agora incluídas novas atividades, designadamente a manutenção de percursos pedestres, bem como outros ajustamentos pontuais. -----

Sublinhou, contudo, que, no essencial, se mantém a colaboração entre a Associação Amigos de Alcáçovas e o Município no âmbito do referido projeto, sendo o protocolo igualmente subscrito pelas Juntas de Freguesia. -----

A Senhora vereadora Rute Belga questionou, relativamente à cláusula constante da linha 16, onde se prevê uma comparticipação trimestral mediante verba acordada, qual o montante definido e se o mesmo foi objeto de alteração. -----

Adicionalmente, solicitou esclarecimentos quanto ao conhecimento, por parte das Juntas de Freguesia, sobre a existência e alteração do protocolo, referindo que os respetivos eleitos não tinham informação prévia sobre o mesmo. -----

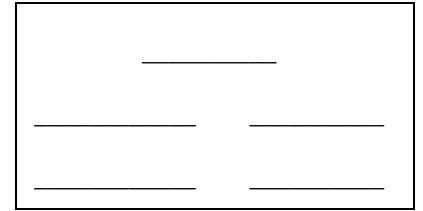
O Senhor Vice-Presidente esclareceu que as Juntas de Freguesia têm conhecimento do protocolo, tendo sido, inclusive, efetuado um reforço dessa informação na manhã deste dia, aquando da comunicação de que a renovação seria submetida à Câmara Municipal. Referiu que a situação poderá constituir novidade apenas para a Junta de Freguesia de Alcáçovas, em virtude de se tratar de um novo executivo, mantendo-se as restantes já informadas. -----

Relativamente ao valor da comparticipação, indicou que o montante anteriormente fixado em 200 euros mensais será atualizado para 250 euros mensais. Esclareceu que esta alteração não consta expressamente do protocolo, por se ter mantido o mesmo modelo, sendo, no entanto, partilhada na presente sede. Justificou o aumento com a necessidade de fazer face a despesas associadas, nomeadamente com combustível e deslocações, decorrentes das atividades desenvolvidas. Acrescentou ainda que as propostas de atribuição de subsídios serão apresentadas trimestralmente à Câmara Municipal, garantindo o respetivo conhecimento por parte dos membros. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação dos Amigos das Alcáçovas – Grupo Pedestrianista Alcáçovas – Outdoor Trails. -----

Ponto vinte e quatro) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Sporting Clube de Viana do Alentejo. -----

O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra e referiu que o assunto em apreço diz respeito aos campos de padel, tema já amplamente discutido em reunião anterior. Esclareceu que, enquanto não for encontrada uma solução para Aguiar relativamente à concessão da exploração, é agora apresentado o caso de Viana



do Alentejo, propondo-se a possibilidade de o Sporting Clube de Viana assumir a gestão do campo de padel integrado no Complexo da Quinta da Joana. -----

Informou ainda que, na sequência das sugestões apresentadas pela Senhora Vereadora Rute Belga e pelo Senhor Vereador Rui Moisés, foram estabelecidos contactos com a direção do Sport Clube Alcaçovense, a qual promoveu a realização de uma Assembleia Geral. Dessa reunião resultou, conforme minuta da ata entretanto disponibilizada, a aceitação, por parte do clube, de duas condições: por um lado, a prática de preços iguais para sócios e não sócios; por outro, o compromisso de estudar, com a maior brevidade possível, a criação de um acesso independente ao campo, o que implicará intervenções adicionais nas instalações. -----

Mais referiu que o clube prevê avançar, em breve, com obras destinadas à legalização das instalações, enquadrando-se nesse contexto os compromissos assumidos e aprovados em sede de Assembleia Geral, cuja ata definitiva será tornada pública oportunamente. -----

Relativamente ao Complexo da Quinta da Joana, reiterou a intenção de permitir que os clubes possam assumir a gestão destes equipamentos, sublinhando que, no caso do Sporting Clube de Viana, o campo de padel poderá constituir uma fonte adicional de receita, atendendo ao crescente interesse por esta modalidade desportiva. Concluiu, referindo que é nesse sentido que se enquadra a proposta de contrato-programa apresentada. -----

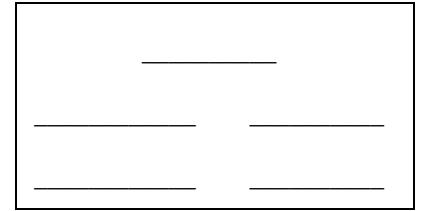
O Senhor Vereador Luís Duarte tomou a palavra e referiu ter conhecimento de que a direção do Sporting Clube de Viana não concorda com a adenda proposta, existindo pontos com os quais manifesta discordância, tendo-lhe sido transmitido que tais matérias deveriam ser objeto de revisão. Acrescentou que esta situação lhe suscita dúvidas quanto à aprovação do referido contrato. -----

Mais referiu que, caso o contrato venha a ser assinada pelo Sporting Clube de Viana, se verifica uma possível incongruência entre o ponto 2, relativo às obrigações do Município, e o ponto 6, referente às responsabilidades do clube, designadamente no que respeita à higiene e limpeza, questionando qual das entidades será efetivamente responsável por essa matéria. -----

Por último, levantou ainda dúvidas relativamente ao disposto no ponto 6 das obrigações do clube, no que concerne à forma de contabilização dos encargos com eletricidade, gás e consumíveis de higiene, considerando não ser de fácil operacionalização. -----

O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra e esclareceu que, relativamente à redação do ponto 2, a mesma poderá não ser a mais adequada, referindo, contudo, que o seu âmbito diz respeito à manutenção da limpeza do Complexo da Quinta da Joana, devendo ser entendida nesse contexto mais abrangente. -----

Acrescentou que, por uma questão de equidade — matéria amplamente debatida na reunião anterior — se propõe que, à semelhança do que sucede com outros clubes, designadamente o Sport Clube



Alcaçovense no seu próprio espaço, também o Sporting Clube de Viana suporte os encargos com consumos como água e eletricidade. -----

Informou ainda que a direção do Sporting Clube de Viana, através do seu Presidente, apresentou um conjunto de dúvidas na última sexta-feira, tendo o Senhor Vice-Presidente, nesse seguimento, efetuado uma deslocação ao local para prestar os devidos esclarecimentos. Referiu que uma das questões suscitadas se prendia com a perceção de eventual desigualdade face ao caso do Alcaçovense, designadamente quanto ao valor associado ao campo, esclarecendo que tal valor corresponde ao custo de construção, não existindo qualquer duplicação de apoios. -----

Mais referiu que as dúvidas entretanto apresentadas terão ficado esclarecidas, admitindo que as mesmas possam ter resultado de uma fase inicial de comunicação em que nem todos os detalhes terão sido devidamente explicitados, tendo o Presidente do clube manifestado, à data, não se encontrar totalmente esclarecido. -----

Concluiu referindo que, de acordo com a informação mais recente, reportada à hora de almoço da referida sexta-feira, a situação se encontra devidamente encaminhada, perspetivando-se o campo de padel como uma potencial fonte de receita para o clube. -----

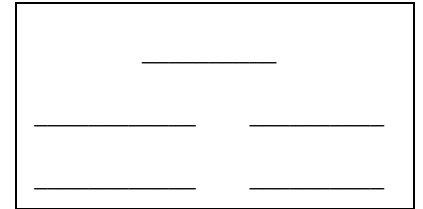
O Senhor vereador Luís Duarte referiu que tinha informação posterior à informação do Senhor Vice-Presidente. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que qualquer das partes subscritoras — Município ou clube — poderá, caso se verifique que o acordo não está a produzir os efeitos pretendidos, proceder à sua revisão ou eventual reversão, existindo abertura para o efeito. Considerou, ainda assim, tratar-se de uma solução globalmente vantajosa para os clubes. -----

Aproveitou para dar nota de que os contactos estabelecidos com o Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar foram conduzidos pelo Senhor Presidente, tendo aquela entidade, numa fase inicial, manifestado disponibilidade para integrar a solução proposta. Contudo, atendendo ao facto de a direção se encontrar em fim de mandato e ao arrastamento dos prazos do processo, veio posteriormente comunicar a sua indisponibilidade para o efeito. -----

Mais referiu que o Município se encontra, presentemente, a diligenciar no sentido de encontrar uma solução de natureza associativa, uma vez que não é intenção da Câmara assumir diretamente a gestão nem as receitas associadas a estes equipamentos, reconhecendo, igualmente, as dificuldades inerentes a uma gestão direta. -----

Por fim, e no âmbito da temática dos campos de padel, informou que subsistem pequenos ajustamentos a realizar nas infraestruturas existentes, os quais serão oportunamente corrigidos pelo empreiteiro, a quem agradeceu publicamente a disponibilidade demonstrada, aquando da execução do terceiro campo a construir nas instalações do Sport Clube Alcaçovense. -----



O Senhor Vereador Rui Cardoso tomou a palavra e referiu que a questão dos campos de padel já havia sido discutida na reunião anterior, pelo que não retomaria os argumentos então apresentados. Manifestou concordância com o princípio de que a dinamização destes equipamentos não deve constituir uma responsabilidade exclusiva do Município, devendo antes ser delegada no movimento associativo, designadamente nos clubes, permitindo-lhes dinamizar, gerir e rentabilizar os respetivos espaços. -----

Não obstante, destacou uma questão anteriormente levantada pelo Senhor Vereador Luís Duarte, que considerou relevante, propondo o seu aprofundamento. Esclareceu que a mesma não se prende apenas com a limpeza, mas também com a manutenção do campo de padel, sublinhando que o contrato-programa tem como objeto específico o campo de padel inserido no Parque Municipal da Quinta da Joana, e não o complexo no seu todo. -----

Referiu que, na Cláusula Quarta, relativa às obrigações do Primeiro Outorgante (Município de Viana do Alentejo), nomeadamente no seu n.º 2, é atribuída ao Município a responsabilidade de garantir a higiene, limpeza e manutenção geral do complexo. Contudo, na Cláusula Quinta, referente às obrigações do Segundo Outorgante (Sporting Clube de Viana), são igualmente previstas responsabilidades na mesma matéria, o que, no seu entendimento, configura uma sobreposição de competências. -----

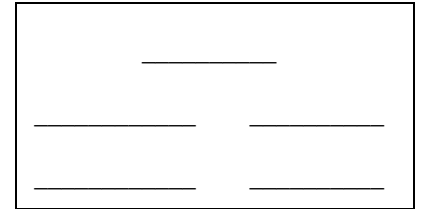
Alertou que esta situação poderá, do ponto de vista prático, originar constrangimentos na gestão corrente, designadamente no que respeita à realização de reparações, ações de manutenção ou mesmo tarefas de limpeza, podendo conduzir a indefinições ou transferência de responsabilidades entre as partes. Neste sentido, considerou necessário clarificar se existem responsabilidades partilhadas e, em caso afirmativo, definir de forma precisa os limites da atuação de cada entidade. -----

Por outro lado, assinalou a existência de diversos lapsos de natureza formal e ortográfica no documento, que entende deverem ser corrigidos antes da sua formalização. Em concreto, referiu que, na parte introdutória do contrato-programa, imediatamente antes da primeira cláusula, a data e o número da proposta se encontram assinalados com asteriscos, questionando se tal situação é intencional. -----

Indicou ainda que, no primeiro parágrafo do documento, os nomes próprios “Luís” e “Rogério” se encontram sem a devida acentuação. Acrescentou que, numa das disposições subsequentes, se encontra a expressão “equipamento desportivo” quando deveria constar no plural (“equipamentos desportivos”), bem como a incorreta grafia de “deportos de raquete” em vez de “desportos de raquete”. Por fim, referiu a existência de uma incongruência na grafia do termo “indenização”, corretamente escrito num ponto e incorretamente noutro. -----

Concluiu pedindo desculpa pelo detalhe das observações, justificando-as com o seu rigor profissional. -----

O Senhor Vice-Presidente sugeriu que fosse feita uma redação diferente na cláusula 4, número 2, de forma a esclarecer, dizendo ainda que não fugia à responsabilidade por ser um documento da sua responsabilidade, mas o Gabinete Jurídico é que tinha escrito a proposta, referindo que deveria ser



colocado que seria suposto que os praticantes de padel encontrem o complexo em condições, alterando assim a expressão para a manutenção do complexo da Quinta da Joana, achando que assim ficaria claro. – A Câmara Municipal deliberou aprovar com 2 votos favoráveis e 3 abstenções por parte dos Senhores Vereadores da CDU e do CHEGA, o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Sporting Clube de Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de aprovação da Minuta relativa ao Aditamento nº 3 ao Contrato nº 14/2024, referente à execução da Empreitada de Construção de duas novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas (com divisão em lotes); -----

O Senhor Presidente referiu que o presente aditamento se relaciona com os trabalhos complementares aprovados na reunião de Câmara anterior, no montante aproximado de 10.000 euros. Acrescentou que, relativamente a Aguiar, poderá ainda vir a ser necessário proceder à execução de trabalhos adicionais, uma vez que se encontra em curso a contabilização dos custos associados à escavação de rocha não prevista no projeto inicial. Nesse sentido, admitiu a possibilidade de virem a ser necessários novos trabalhos complementares, com o consequente impacto no orçamento municipal, cujo montante se encontra ainda por apurar. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que o primeiro outorgante identificado na minuta deverá ser alterado para o atual Presidente, pois consta com o nome do anterior. -----

O Senhor Presidente sugeriu que o documento fosse colocado a votação, com a devida correção dos elementos constantes do primeiro outorgante, procedendo-se à sua substituição pelos dados do atual Presidente da Câmara Municipal. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso referiu ter algumas questões, salientando que, embora tenha percebido a razão de ser do presente aditamento e considere claras as razões apresentadas, gostaria de questionar se a sucessão destes aditamentos poderá comprometer o prazo inicialmente estipulado para a entrada em funcionamento dos equipamentos ou para a sua disponibilização à população. Questionou ainda se os contratempos verificados terão impacto nesse prazo e, em caso afirmativo, qual a previsão ou meta estabelecida para a efetiva colocação dos equipamentos ao serviço da população. -----

O Senhor Presidente esclareceu que todas as obras relativas aos centros de saúde são financiadas pelo PRR, não podendo ultrapassar o prazo limite do programa, fixado em 30 de junho. Relativamente à Extensão de Saúde de Aguiar, referiu que se prevê a conclusão do edifício num prazo breve, existindo apenas um constrangimento relacionado com a aplicação de materiais vinílicos devido a problemas de humidade, o que impede a sua finalização. -----

Acrescentou que se encontram em curso duas empreitadas em simultâneo, uma relativa à construção do edifício e outra respeitante à envolvente, tratando-se de intervenções distintas, sendo apenas a primeira financiada pelo PRR, com o respetivo prazo a cumprir até 30 de junho. Quanto à empreitada da envolvente,

referiu esperar igualmente a sua conclusão até essa data, embora, com base na experiência, reconheça a possibilidade de derrapagens nos prazos. -----

Indicou ainda que tem sido mantido contacto próximo com o empreiteiro, o qual tem demonstrado colaboração, embora os trabalhos tenham sofrido alguns atrasos decorrentes, nomeadamente, de indisponibilidade de materiais e de recursos humanos. Concluiu referindo que, apesar de já terem sido concedidas duas prorrogações de prazo, não se sente em condições de indicar uma data exata para a conclusão da totalidade da obra, sendo objetivo que os equipamentos entrem em funcionamento o mais rapidamente possível. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso referiu que a sua questão incidia precisamente sobre esse ponto, lembrando que, em ocasião anterior, lhe tinha sido indicado o mês de junho como limite, em virtude do termo do prazo do PRR. Assim, reiterou a questão para perceber qual o ponto de situação atual, tendo percebido que, pelo menos em termos de expectativa, se mantém o mês de junho. -----

Com as devidas correções, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Aditamento n.º 3 ao Contrato n.º 14/2024, relativo aos trabalhos complementares nº2 da empreitada de construção de duas novas unidades de saúde em Aguiar e Alcáçovas. -----

Eu, Marta Sofia Ferro Maia, A Técnica Superior, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,